



Exmo. Senhor
Ministro da Educação e Ciência
Ministério da Educação e Ciência
Av. 5 de Outubro, 107
1069-018 LISBOA

Lisboa, 18 de setembro de 2014

Assunto: Resolução dos muitos e graves problemas das bolsas de contratação de escola

Senhor Ministro,

Tendo em conta as declarações de V.^a Ex.^a, hoje, dia 18 de setembro de 2014, no plenário da Assembleia da República em que, finalmente, reconheceu a existência de problemas graves nas bolsas de contratação de escola (BCE) que temos vindo a denunciar, ao mesmo tempo que fomos tentando discutir a situação criada com a equipa ministerial, as organizações sindicais acima identificadas vêm alertar para alguns dos aspetos necessários à cabal resolução dos atropelos, ilegalidades e injustiças que urge resolver.

Desde logo, como V.^a Ex.^a assumiu na Assembleia da República, é necessário respeitar o que está previsto na legislação relativamente à ponderação dos critérios de graduação profissional e avaliação curricular, algo que, como todas as evidências mostram, não foi acautelado, até agora, pelo MEC.

Não basta, porém, atuar a esse nível. Os professores que se candidataram às BCE têm de poder aperfeiçoar as suas candidaturas, sendo que, para que isto aconteça, há que conhecer com clareza os subcritérios definidos por cada escola/agrupamento e por grupo de recrutamento, de modo a que, ao contrário do que se verificou, os candidatos saibam exatamente ao que respondem em cada caso.

Ainda neste âmbito, é obrigação do MEC escrutinar com o maior cuidado a existência de subcritérios ilegais ou inconstitucionais que estejam a contaminar o processo.

A publicação de novas listas expurgadas das graves irregularidades que foram cometidas tem de ser seguida de um novo período de reclamação para que os docentes possam ver corrigidas anomalias que, ainda assim, persistam.

Não tendo ficado claro o que pretende o MEC fazer em relação às colocações já efetuadas a partir das BCE, é importante a sua divulgação para que os candidatos possam verificar com rigor ultrapassagens que ocorreram e que, entretanto, não sejam adequadamente resolvidas.

Senhor Ministro,

Estas organizações sindicais registam o pedido de desculpas que V.^a Ex.^a pronunciou, hoje, na Assembleia da República. Porém, não podem deixar de lembrar que escolas e professores foram

prejudicados pela atuação do MEC, tendo-se gerado intoleráveis angústias e justificados sentimentos de injustiça. V.^a Ex.^a repetiu até ontem, em conferência de imprensa, um irreal discurso da normalidade e a recusa de rever o que estava a suceder com as BCE. V.^a Ex.^a foi insensível aos apelos feitos pelas organizações sindicais e, individualmente, por muitos professores e revelou soberania em relação aos pedidos de reunião para apresentação de problemas que o MEC teimava em não ver e para discutir no plano político o que tem vindo a passar-se. Há, pois, consequências políticas que não podem deixar de ser assumidas por parte de V.^a Ex.^a e da sua equipa ministerial.

Por último, estas organizações sindicais reafirmam que, ao contrário do que foi opção política do MEC, é através de concursos nacionais sustentados no rigor e transparência do critério da graduação profissional que devem processar-se o recrutamento e colocação de professores. O sucedido, acabando por forçar o pedido de desculpas de V.^a Ex.^a, acrescenta razões para quem, como nós, discordou da imposição das BCE, agravando o que já vinha a suceder com as denominadas ofertas de escola.

Com os nossos melhores cumprimentos,

As organizações sindicais
